
ATA SEI



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO COMDER - CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

O Presidente do COMDER - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural faz saber: O Comder constitui órgão consultivo e deliberativo, responsável pelo cumprimento da Política Agrícola em conformidade com a [Lei Orgânica do Município de Joinville](#) e demais ordenamentos Estadual e Federal, na construção do fortalecimento da agricultura familiar; da sustentabilidade socioeconômico, cultural e ambiental; do desenvolvimento da agricultura urbana e abastecimento, e na capacitação continuada do produtor rural, sendo organizado para cumprimento de sua competência legal conforme [Lei Ordinária Nº 9.096, de 04 de janeiro de 2022](#) e seu Regimento Interno, aprovado e publicado conforme [Decreto Nº 47.116, de 01 de abril de 2022](#).

Ata da Reunião Ordinária do COMDER - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, realizada em 27/11/2025.

No vigésimo sexto dia do mês de junho do ano dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, reuniu-se o COMDER - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural em Sessão Plenária, realizada nas dependências da Unidade de Desenvolvimento Rural (UDR), da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação (SDE), localizada na Rodovia SC 418, Km 0, nº 271, Bairro Pirabeiraba, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram presentes](#) os Conselheiros ([Decreto nº 58.308, de 24 de janeiro de 2024](#)) e suas atualizações, mandato 01/02/2024 à 31/01/2026: Adriano Rech, do SIND TRAB RURAIS; Armelino Rafael Dadam, da SODAJ; Cátia Zoller Porsch, da AJAq; Daiane Paul, da CAJ; Daniele O. Danielewski, da EPAGRI; Dickson S. Portes, da CIDASC; Eliezer Boos, da COOPAVILLE; Emir de Oliveira Dias, da SDE.UDR; Fernanda M. Jürgensen, da SAS; Flávio Luiz Binner, da APIVILLE; Jair Henrique Sirth, da ASBANVILLE; Luiz Carlos Moreira da Maia, Presidente COMDER; Luiz Carlos Gonçalves de Oliveira, da AJAO; Márcia Hamann, da SECULT; Teresinha Hardt, da AJAAR; Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cuja lista de presença deverá ser anexada a esta Ata, mencionando: Joice Mayumi Shimura, da EPAGRI; Míriam Kuchnir, da OAB; Ricardo Grejianin, da EPAGRI; Ruann Paulo Wrismann, da UDR; Sandro Francisco Schwarz, da UDR; e Sirley Goedert, da UDR; Justificaram a ausência, a SAMA, SES, SED, CEASA, SIND. PATRONAL e ATERJ. Não houve nenhuma falta injustificada. A Pauta da Reunião Plenária Presencial, conforme previamente comunicada, compreendia os seguintes pontos: **Um (1)** - Aprovação da Ata da Reunião de vinte e cinco (25) de setembro de dois mil e vinte e cinco (2025); **Dois (2)** - OAB - Apresentação Comissão de Direito do Agronegócio; **Três (3)** - EPAGRI - CAR e PRA; **Quatro (4)** - CIDASC - Atualização Brucelose e Tuberculose; **Cinco (5)** - UDR - Informativo sobre as Ações em Andamento pela UDR; e **Seis (6)** - Sugestão Pauta e Palavra Livre. O Presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos os conselheiros e buscando conduzir a sessão de forma objetiva e breve. Em seguida, colocou a Ata da Reunião anterior em apreciação. **(1)** A Ata foi **aprovada por unanimidade**. **(2)** Dando sequência, a Dra. Miriam, da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), foi convidada a fazer uma fala sobre a Comissão de Direito do Agronegócio, a qual é por ela presidida na OAB Joinville desde abril do ano vigente. A Dra. Miriam explicou que a OAB representa os advogados por meio de subseções nos municípios e possui comissões temáticas em diversas áreas do direito. Ela informou ter desenvolvido a Comissão de Direito do Agronegócio após especialização e por perceber uma dificuldade em atender melhor este setor. O papel institucional da OAB perante a sociedade é a capacitação profissional, mas também o tratamento das demandas e das dificuldades jurídicas de produtores, pessoas ligadas ao agronegócio e entidades públicas. A OAB pode se manifestar, como instituição ou comissão, auxiliando em pareceres ou dificuldades que precisem tramitar perante o legislativo, como exemplificado em um parecer técnico realizado pela Comissão de Direito Ambiental que questionava uma alteração legislativa municipal que suprimia direitos do advogado e impactava a vida dos produtores. Foi esclarecido que o serviço de participação e o interesse da OAB como instituição ou comissão não tem custo algum. O custo surgiria apenas se um produtor, individualmente, contratasse um advogado da comissão para um problema pessoal. **(3)** Na sequência, Ricardo, da EPAGRI, que trabalha há vinte e três anos na empresa e atua há dez anos em Barra Velha, fez a apresentação sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Ricardo informou que a EPAGRI, por meio do Departamento Estadual de Meio Ambiente e Gestão Territorial, foi recentemente envolvida na questão ambiental, assumindo a coordenação regional do CAR. O CAR, instituído em dois mil e doze pelo Novo

Código Florestal Brasileiro, substituiu a obrigatoriedade de averbar a reserva legal na matrícula do imóvel. A data limite para realizar o CAR e obter os benefícios da legislação de dois mil e doze é trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco. Para proprietários com mais de quatro módulos fiscais (quarenta e oito hectares na região), o prazo finalizou em dois mil e vinte e três, e o não cumprimento implica risco de multas. Áreas que tiveram ações antrópicas, como plantio, criação ou construção, são obrigadas a realizar o cadastro. Quem fizer o CAR até o prazo final obterá benefícios, como a redução da Área de Preservação Permanente (APP) para rios (de trinta metros para cinco metros em propriedades de um módulo). O trabalho atual da EPAGRI é buscar os dez por cento das matrículas em Santa Catarina (cerca de quarenta e quatro mil (44.000) áreas) que, conforme estimativa de maio, ainda não haviam feito o CAR. Foi informado que o Governo do Estado iniciará as análises e homologação dos cadastros a partir do próximo ano (dois mil e vinte e seis (2026)). Para receber notificações da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a maioria dos produtores precisará atualizar o e-mail cadastrado no sistema SICAR, sendo que a EPAGRI pode auxiliar nesse processo. Foi debatida a relação entre o CAR (questões ambientais) e o georreferenciamento (questão fundiária/tamanho). Embora a certificação do georreferenciamento tenha sido prorrogada para outubro de dois mil e vinte e nove, este continua obrigatório em casos de desmembramento ou divisão de herdeiros. Ricardo orientou que, para evitar o pagamento duplicado de custos, o ideal é realizar a certificação junto com o georreferenciamento. Um conselheiro relatou que a imprecisão do georreferenciamento tem causado confusão e briga entre vizinhos, com invasão de até duzentos metros em propriedades. A entrada da EPAGRI no tema, com uma voz técnica, visa melhorar e simplificar a situação para o produtor. **(4)** Dickson, da CIDASC, fez a atualização sobre os casos de Brucelose e Tuberculose. Ele lamentou que a meta de fechar o ano com propriedades zeradas em Joinville não seria possível. Inicialmente, Joinville tinha cinco propriedades interditadas: duas por tuberculose e três por brucelose. Sobre a Tuberculose (Caso Um), que iniciou há quase um ano, após exames negativos, uma coleta de sangue exigida para a desinterdição resultou em dois positivos, reiniciando o ciclo, necessitando de mais dois exames negativos subsequentes. Foi ressaltado que o produtor não está aderindo às orientações, como o uso de um desinfetante caríssimo doado pela CIDASC. O Presidente Luiz Carlos da Maia reforçou que a adesão do produtor é crucial para o saneamento da propriedade, e a falta de consciência coloca em risco a saúde do próprio produtor e dos profissionais. Se o produtor não cumprir as regras, poderá ser multado e perder a indenização do governo, pois Brucelose e Tuberculose são as únicas doenças indenizadas em Santa Catarina. Em relação ao Caso Dois, uma propriedade fornecedora de leite, Dickson informou que a situação está bem encaminhada, com dois exames negativos praticamente confirmados e a leitura do exame final de um animal gestante, adiada para evitar falso positivo, estava prevista para o dia seguinte. Sobre a Brucelose, Dickson informou que as três propriedades que estavam interditadas já foram desinterditadas, com o problema solucionado por meio do abate sanitário e indenização dos produtores. Foi destacado o sucesso do uso da vacina RB51. Uma das propriedades com brucelose, que apresentava abortos rotineiros, teve quatorze positivos de trinta e três animais, mas foi desinterditada em trinta (30) de outubro e já teve o rebanho aumentado de seis (6) para vinte e dois animais. Dickson informou que a CIDASC está se mudando para o lado da EPAGRI e do laboratório, com a mudança prevista para ser finalizada por volta dos dias nove ou dez de dezembro. O novo complexo (Defesa, Extensão e UDR) é visto como estratégico para o agricultor. O prédio antigo da CIDASC, que era patrimônio do município, está na parte de leilão da prefeitura. **(5)** Na sequência, foram apresentadas as ações em andamento pela UDR.

AÇÕES EM ANDAMENTO DA UDR	DETALHAMENTO
Renovação do Conselho	A atual gestão do COMDER vence em janeiro. Em janeiro, os presidentes de entidades e seus respectivos conselheiros receberão comunicado da UDR para indicação dos novos membros, que iniciarão em fevereiro.
Lei da Mecanização ("Juntos pelo Campo")	A alteração da minuta da lei, proposta para maior abrangência do programa de melhoria da infraestrutura, foi aprovada ontem na Câmara de Vereadores e será encaminhada ao Prefeito Adriano para sanção. A UDR fará um novo edital para atender mais propriedades e cadeias produtivas. Até o momento, foram executadas mil seiscentos e noventa e oito horas-máquina, atendendo cento e sessenta e quatro propriedades. O programa será encerrado na próxima semana e reiniciado no início do ano que vem.
Plantão de Saúde / Hortas Comunitárias	Tramita uma minuta de lei (do vereador Adilson Girardi) que permite que as entidades participantes do Programa Plantando Saúde captem apoio da comunidade para as hortas comunitárias, em troca de divulgação. Existem quinze hortas cadastradas. A compra de máquinas com recursos federais para o programa está avançada.
Espaço do Empreendedor Rural	A UDR iniciou tratativas, em parceria com o SEBRAE , para adaptar sua sede e criar o Espaço do Empreendedor Rural, focado em acolher o agricultor e nivelar informações sobre legislação e fisco. Um servidor da SAMA será absorvido pela UDR para atuar na APA da Dona Francisca , orientando sobre o novo regulamento.
Serviço de Inspeção Municipal	O serviço está em operação, mas necessita de mudança na legislação para se adequar a Produtos de Origem Vegetal (POV) . O município será o segundo no Brasil a apoiar o registro de bebidas, permitindo a legalização dos produtos através da UDR e do MAPA. Está em andamento um trabalho de harmonização legislativa com a MUNESC para que a região possa comercializar produtos em todos os municípios, visando futuramente atingir o status SISB (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal).

FUNAI	O Diretor da UDR e o Secretário de Governo oficializaram a FUNAI em Florianópolis, protocolando um ofício pedindo informações sobre o planejamento da ocupação de uma área no Quiriri, adquirida pelo DNIT e que está sendo repassada a famílias indígenas. Esta ação busca dar uma resposta oficial aos agricultores (mais de quinhentas pessoas questionaram o tema na última reunião da APA), já que o município não tem competência decisória sobre a área federal.
Parque Nacional	Não houve oficialização pela UDR. A Prefeitura de Garuva informou que está realizando estudos de viabilidade técnica. Há preocupação de que a criação de um Parque Nacional possa trazer legislação mais restritiva que a APA, complicando a exploração agrícola.
CEASA	Foi relatado um avanço após pressão sobre a diretoria e a Secretaria de Estado da Agricultura, com o projeto readequado e taxas pagas. Estão em andamento os trâmites administrativos para o início do processo licitatório para a restauração do pavilhão atacadista.

O Presidente Luiz Carlos Maia também parabenizou o Conselheiro Luiz Carlos Gonçalves de Oliveira e a AJAO pelo sucesso da Festa das Flores. **(6)** Na Palavra Livre, a engenheira Daniela convidou a colega Joice para se apresentar ao Conselho. Joice, pedagoga e extensionista social desde fevereiro, atua na coordenação de cursos, eventos e, principalmente, em Turismo Rural. Ela destacou o imenso potencial e o reconhecimento estadual do turismo rural em Joinville, informando que em dezembro receberia a quarta turma de visitantes. Não havendo mais solicitações na palavra livre, o Presidente agradeceu a Deus, aos conselheiros e aos servidores presentes (Sandro, Emir, Sirley e Ruann). Ele colocou em votação a data da última reunião do ano. A proposta, aceita por todos, foi de realizar a reunião no dia onze de dezembro, quinta-feira. O principal objetivo dessa reunião será a aprovação do novo Edital de cadastramento dos agricultores para o programa "Juntos pelo Campo". O Presidente declarou o encerramento da reunião.

Luiz Carlos Moreira da Maia – Presidente do COMDER



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Moreira da Maia, Diretor (a) Executivo (a)**, em 08/01/2026, às 15:21, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **27775964** e o código CRC **016E45D4**.

Rodovia SC - 418 nº 271KM 0 - Bairro Pirabeiraba - CEP 89239-401 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.006857-3

27775964v3